



Brasília e o Tombamento de uma Idéia.

José Simões de Belmont Pessoa (jpessoa@alternex.com.br)

Escola de Arquitetura e Urbanismo – UFF

Resumo

O tombamento de Brasília realizado apenas 30 anos depois da fundação da cidade ampliou as questões referentes a preservação do patrimônio do movimento moderno. O modelo de preservação proposto, primeiro através da legislação distrital e depois pelo tombamento federal, é absolutamente inovador no universo do patrimônio cultural brasileiro. Ao deslocar o objeto da preservação, das construções que constituem a área a ser preservada, para os critérios que informaram estas construções a assumirem a presente forma, indica uma gestão absolutamente nova e polêmica na preservação de um sítio urbano.

Este trabalho é uma análise do tombamento de Brasília e dos conceitos a ele subjacentes bem como dos conflitos e perplexidades dos encarregados da gestão deste tombamento.

A idéia de preservação do plano e não do que havia sido realizado até aquele momento reafirma a dissociação modernista entre arquitetura e o urbanismo e propõe um inovador centro histórico que não é feito pelo conjunto de arquiteturas que o compõe. Um centro histórico não-histórico, onde a possibilidade de permanente modificação da sua paisagem arquitetônica produziria uma atemporalidade espacial que tornaria irreconhecível a cidade modernista.

Palavras-chave: Brasília, tombamento, arquitetura e urbanismo moderno, centro histórico, patrimônio cultural.

Abstract

Thirty years separate Brasilia's foundation from its classification as a historic monument. The conservation model proposed by state and federal levels, is totally unprecedented in the field of cultural heritage. By shifting the object of conservation from actual historical buildings to the criteria that informed their construction, reaffirms the conceptual validity that produced the city in the first place.

The innovative manner in which Brasilia was legally protected has provoked occasional perplexity among those in charge of the city's conservation. Having been accustomed to the strict conservation of historical centers

The conservation of the city's master plan rather than existing buildings reaffirms the modernist dissociation between architecture and urbanism while it proposes an innovative historical center that is not characterized by the architectural complex it comprises. A nonhistorical historical center is instead proposed where the

possibility of constant change in the architectural landscape produces a spatial atemporality that renders the modernist city unrecognizable.

Keywords: Brasília, modern architecture and city's planning, historical center, cultural heritage.

Brasília e o Tombamento de uma Idéia.

O tombamento de Brasília realizado apenas 30 anos depois da fundação da cidade ampliou as questões referentes à preservação do patrimônio do movimento moderno. Ao deslocar o objeto do tombamento, das construções que constituem a área a ser preservada, para os critérios que informaram estas construções a assumirem a presente forma, indica uma gestão absolutamente nova e polêmica na proteção de um sítio urbano.

Na realidade, considerar monumento histórico nacional um edifício ou conjunto de edifícios do movimento moderno não era novidade na história da preservação brasileira. O precedente já havia acontecido décadas antes, com o tombamento em 1947 da igreja da Pampulha, em Belo Horizonte, Minas Gerais. Projetada por Oscar Niemeyer em 1942, com audaciosa solução plástica que iria influenciar inúmeros arquitetos modernos brasileiros nos anos seguintes, encontrava-se ainda inconclusa, após cinco anos do início das obras, sendo ameaçada de abandono pelos proprietários e conseqüente demolição. Lucio Costa, então diretor de estudos e tombamentos do DPHAN¹, propõe o tombamento da igreja ainda incompleta justificando que “o valor excepcional desse monumento o destina a ser inscrito, mais cedo ou mais tarde, nos Livros do Tombo, como monumento nacional, e que portanto seria criminoso vê-lo arruinar-se por falta de medidas oportunas de preservação”.² Reforça a legitimidade da inédita medida dizendo-se tratar de um tombamento *preventivo* para garantir as gerações futuras a legítima arquitetura do século XX. Com o respaldo do precedente aberto por Lucio Costa será efetuado no mesmo ano o tombamento do edifício do Ministério da Educação e Saúde, que havia sido inaugurado apenas dois anos antes. Até aquela data, isto é, durante os 10 primeiros anos de atuação do Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, só haviam sido tombados monumentos construídos nos séculos anteriores. Com estes tombamentos, o Estado passa a garantir que sejam mantidas para o futuro, tal como foram projetadas, duas edificações recém construídas, mas já consideradas paradigmas da arquitetura moderna brasileira.

O tombamento da igreja da Pampulha em Belo Horizonte e da sede do Ministério da Educação no Rio de Janeiro torna-se, no contexto mundial, a primeira medida de preservação de edifícios do movimento moderno que começava a viver a sua plena afirmação internacional. O fato de no Brasil a produção da arquitetura moderna e a preservação da arquitetura do passado terem tido protagonistas em comum, fez com que a construção de uma identidade nacional através dos seus monumentos históricos e artísticos, contasse também com os edifícios modernos. A arquitetura moderna era neste painel a continuidade da identidade plástica colonial na projeção do país do futuro. A simplicidade desataviada da arquitetura brasileira colonial de barro e madeira é o álibi para nacionalizar a ascética arquitetura funcionalista internacional e contrapô-la aos então dominantes estilos acadêmicos. No passado, estruturas independentes de madeira, fechadas com painéis de taipa; no presente, estruturas independentes de

concreto-armado, fechadas com vidro ou tijolos. A índole nacional teria na arquitetura moderna a sua expressão natural, conjugando o projeto de um futuro industrializado com a perfeita tradução da tradição plástica da América Portuguesa. Esta percepção da identidade nacional, construída a partir dos anos quarenta, explica a precocidade da preservação dos edifícios do movimento moderno no Brasil. Esta ação assume, porém, nas primeiras décadas do IPHAN, um caráter de absoluta excepcionalidade, visando tão somente aqueles exemplares reconhecidos como paradigmáticos e que estavam ameaçados de destruição – a estação de hidro-aviões do Rio de Janeiro, junta-se em 1957 aos dois primeiros edifícios modernos tombados, ameaçada que estava de destruição pela construção de um viaduto.

O ano de 1957 será também o do início da construção de Brasília. A arquitetura moderna brasileira, mesmo não vivendo mais o consenso da crítica internacional dos anos anteriores, procurava expressar com sua qualidade plástica, a renovação da odisséia americana pela construção, a partir do nada, de uma inteira cidade.

Como toda odisséia precisa de heróis e símbolos que reafirmem a sua grandeza para as gerações futuras, o gabinete da presidência da república solicita em 1959, a inscrição nos livros do tomo do pequeno barracão em madeira projetado por Oscar Niemeyer para servir de residência ao presidente, quando em suas visitas de inspeção às obras em curso. Conhecido como Catetinho, numa alusão ao Palácio Presidencial do Rio de Janeiro, havia sido construído em 1956, e com apenas três anos de existência já incorporava o papel de monumento nacional, necessário para dotar a cidade ainda inexistente, dos marcos históricos que contariam no futuro a epopéia da nova capital. Como bem exemplifica o parecer do arquiteto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, responsável por analisar a solicitação de tombamento: “atendendo a que a edificação em causa foi a unidade inicial do empreendimento urbanístico e arquitetônico de Brasília, parece-me que se justifica plenamente a respectiva inscrição no livro do tomo histórico.”³

Sem o status de obra de arte dos seus predecessores⁴, o Catetinho viria aumentar como monumento histórico, a lista do patrimônio moderno tombado no Brasil. A nova capital teve menos de dez anos depois do Catetinho, o seu segundo monumento tombado. Diante da dificuldade em obter recursos para concluir a construção da catedral da cidade, um movimento de políticos e cidadãos consegue, em junho de 1967, o tombamento da construção que só seria sagrada e entregue ao público em maio de 1970.

O tombamento das obras modernas ocorreu nestes anos em edifícios ainda em construção ou recém concluídos, utilizando a legislação de proteção do patrimônio histórico e artístico para garantir que a construção não sofresse alterações no seu projeto original, ou fosse destruída. Esta estratégia será levada ao extremo no tombamento do Parque do Flamengo no Rio de Janeiro, realizado também na década de 60. O parque projetado por Roberto Burle-Marx e Afonso Eduardo Reidy tinha, quando do tombamento em 1965, apenas um terço do projeto realizado; ainda estavam por construir boa parte dos equipamentos urbanos, dos pavilhões previstos e do ajardinamento projetado. Tombou-se então o projeto conforme havia sido elaborado por seus autores, e o Patrimônio Histórico e Artístico Nacional passou a ser o guardião da sua execução. O objetivo do tombamento foi o de preservar o grande parque urbano moderno dos interesses imobiliários que resultariam em alterações nas normas urbanísticas para aquele trecho da cidade e a sua ocupação por construções indesejadas. O parque continua até hoje incompleto e a proposição de

novos equipamentos inexistentes na época do projeto original tem gerado conflitos constantes entre a instância de preservação e a prefeitura responsável pela manutenção do parque.

A dualidade vivida pelos arquitetos modernistas brasileiros do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, guardiões do passado e projetistas do futuro, resultou na precoce e inovadora proteção de obras modernas que se encontravam ameaçadas de descaracterização ou destruição. Com isso tentavam livrá-las do natural processo de acúmulo histórico – procurando garantir para o futuro aquilo que na realidade nunca tivemos do passado, uma obra intacta no modo como havia sido originalmente projetada.

O Tombamento de um Plano

O projeto de Lucio Costa, vencedor no concurso para a nova capital federal já se revestia no seu memorial, do simbolismo necessário a implantação da nova sede do Governo. Dizendo que “nasceu do gesto primário de quem assinala um lugar ou dele toma posse; dois eixos cruzando-se em ângulo reto, ou seja, o próprio sinal-da-cruz”⁵, ele simbolicamente se refere à epopéia de conquista do território americano e as cidades ocidentais de origem romana. A sua *urbs* é organizada em torno destes dois eixos que se cruzam, orientados como os *cardus* e *decumanus* romanos nos sentidos norte-sul, eixo rodoviário-residencial, e leste-oeste, cívico-administrativo denominado no plano de eixo monumental.

A cidade inaugurada em 1960 apresenta, porém, em seus primeiros anos uma ocupação bastante desigual, prevalecendo a ocupação na parte sul do eixo residencial. Foram também criadas cidades satélites, não previstas no plano original, para alojar a população que havia construído a cidade e não tinha poder aquisitivo para morar no eixo residencial do plano piloto.

Passada uma década, com a cidade ainda incompleta, os princípios de ocupação do plano já são bastante criticados, o que leva o autor do projeto em 1974, a denunciar em audiência no Senado da Republica, este movimento:

“Pelo que me foi possível perceber, os anseios de reformulação antecipada da proposição urbanística de Brasília, partem principalmente de dois setores que, visando embora a objetivos opostos, paradoxalmente se encontram.”

Refiro-me aos empreendedores imobiliários interessados em adensar a cidade com o recurso habitual do aumento de gabaritos; e aos arquitetos e urbanistas que, reputando “ultrapassados” os princípios que informaram a concepção da nova capital e a sua intrínseca disciplina arquitetônica, gostariam também de romper o princípio dos gabaritos preestabelecidos, gostariam de jogar com alturas diferentes nas super-quadradas, aspirando fazer de Brasília uma cidade de feição mais caprichosa, concentrada e dinâmica, ao gosto das experiências agora em voga pelo mundo; - gostariam, em suma, que a cidade não fosse o que é, e sim outra coisa”. (COSTA, 1995, p. 323).

A pressão para modificar os critérios urbanísticos da cidade será mais forte nos anos 80, o que levará a um movimento de reação pela preservação do plano piloto. O movimento ganhará um grande reforço a partir do interesse manifestado na Unesco pela candidatura da “Brasília de Lucio Costa e Oscar Niemeyer” para a

lista de Patrimônio da Humanidade. Para viabilizar a candidatura, o governador da cidade assina o decreto 10829, de 14 de outubro de 1987, criando um regulamento de preservação do Plano Piloto.

O decreto asseguraria a manutenção do projeto original de Lucio Costa, pela preservação das características essenciais de quatro escalas distintas que traduziriam a concepção urbana original da cidade: a monumental, a residencial, a gregária e a bucólica. O projeto para a cidade havia sido elaborado, segundo o próprio autor, em torno da idéia de três escalas que definiam a *civitas* da nova capital brasileira: cívica ou coletiva, cotidiana e gregária ou concentrada. Tratava-se portanto, de uma interpretação não literal dos princípios da Carta de Atenas – trabalho, habitação e lazer. A estas escalas Lucio Costa acrescentou, em 1961, em entrevista a um jornal carioca (XAVIER, 1962, p. 345), uma quarta escala, a bucólica, responsável pelo caráter de cidade-parque da nova capital brasileira. Foram estas referências do autor do Plano Piloto, traduzidas por Ítalo Campofiorito em normas para a preservação das escalas, agora no sentido físico da *urbs*, que compõe a volumetria do plano. (CAMPOFIORITO, 1990, pp 171/176).

O decreto de 1987 possibilitou a inscrição do Plano Piloto de Brasília como Patrimônio da Humanidade. Era o reconhecimento internacional do “centro histórico” modernista que precedeu ao tombamento nacional. Este só aconteceu três anos depois, em 1990. Novamente movidos pelo temor que as medidas de proteção realizadas fossem modificadas pelos futuros governantes da capital, os artífices da preservação promovem o tombamento nacional.

O processo de tombamento foi iniciado com uma carta de Lucio Costa dirigida a Ítalo Campofiorito que havia assumido na época a direção do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional. Nela ele reafirma como urbanista da cidade o princípio das quatro escalas que orientaram a concepção do projeto e a necessidade da preservação das volumetrias inerentes a estas:

“Do estrito e fundamental ponto-de-vista do “design” – da composição urbana – chegou o momento de se definir e limitar a futura “volumetria” espacial na cidade, ou seja, a relação entre o *verde* das áreas a serem mantidas “in natura” (ou cultivadas como campos, arvoredos e bosques), e o *branco* das áreas a serem edificadas. “

“...só mesmo o tombamento será capaz de assegurar às gerações futuras a oportunidade e o *direito* de conhecer Brasília tal como foi concebida.” (PESSOA, 1999, p. 292).

O Plano Piloto organizado em torno dos dois eixos, rodoviário-residencial e monumental, não se encontrava ainda totalmente ocupado. Era óbvio aos promotores do tombamento que só a preservação do existente não garantiria a execução das áreas restantes dentro dos mesmos princípios originais do plano. De outra parte, como o próprio Lucio Costa já havia repetido inúmeras vezes, o que incomodava aos críticos de Brasília não era a divergência quanto à aplicação dos princípios do plano e sim a ocupação deste pela “arquitetura e anti-arquitetura”, que coexistiam lado a lado. Era, portanto, inconcebível assegurar pela proteção tradicional da cidade existente, a conservação de um estoque construtivo de baixa qualidade arquitetônica. A solução então foi a do inédito tombamento de um Plano Urbanístico, isto é, dos princípios volumétricos e espaciais que caracterizam cada uma das escalas que compõem a *civitas* brasiliense proposta por Lucio Costa. À exceção de alguns palácios no eixo monumental e da estação rodoviária que são preservados integralmente em suas características arquitetônicas, todo o resto é passível de demolição desde que as futuras edificações obedeçam aos parâmetros de ocupação do plano que foram reafirmados no tombamento.

A Preservação das Escalas de Brasília

A Escala Monumental corresponde ao eixo leste-oeste, também é chamado de Eixo Monumental – trecho da cidade onde se localiza o aparato administrativo do governo federal com seus ministérios, o palácio presidencial, o congresso nacional e o supremo tribunal. Na extremidade leste, na praça batizada por Lucio Costa de “dos Três Poderes” se localizam o Palácio Presidencial, o Supremo Tribunal e o Congresso Nacional. Na extremidade oeste, na Praça do Buriti se situa a sede do poder local, o Palácio do governador do Distrito Federal.

Neste eixo a preservação se dá no sentido tradicional, com a proteção das características arquitetônicas das principais edificações: o Congresso Nacional que fecha a grande perspectiva de tradição clássica da esplanada dos ministérios e separa esta da Praça dos Três Poderes; O palácio presidencial e o Supremo Tribunal, ambos na Praça dos Três Poderes; e os contíguos Palácios do Itamarati (ministério das relações exteriores) e da Justiça, no final da esplanada dos ministérios. Todos estes edifícios são preservados no sentido mais canônico do tombamento.

Quanto aos outros ministérios, blocos retangulares de nove pavimentos, que enfatizam com sua arquitetura de volumes puros e anônimos a perspectiva da grande esplanada, poderão ser acrescidos de construções de 1 pavimento sobre pilotis recuadas em relação a esplanada, conforme previsto originalmente por Lucio Costa. A necessidade de ampliação das sedes dos ministérios, em virtude do crescimento das respectivas burocracias, deu-se através dos anos com a construção de uma série de anexos que aproveitavam do desnível entre o terrapleno da esplanada e os terrenos contíguos a esta de cota inferior. A preocupação em garantir a grande perspectiva monumental da esplanada é o grande objetivo do atual tombamento em relação aos ministérios, permitindo a construção de novos anexos fora da esplanada, desde que não ultrapassem a altura dos já existentes. Neste trecho do eixo interessa só preservar a escala dos edifícios de arquiteturas indiferenciada dos ministérios que compõem o grande quadro perspectivo do Congresso Nacional.

A Escala Gregária do centro do Plano Piloto nunca funcionou de fato. O core da cidade dividido pelos dois eixos e com áreas excessivamente setorizadas – bancário, comercial, hoteleiro, diversões, medico-hospitalar, autarquias, radio-televisão – nunca desempenhou a função de centro urbano. A separação em quatro áreas, de difícil circulação entre elas, comprometeu irremediavelmente o caráter gregário que se previra para o centro urbano do Plano Piloto. Por outro lado, a não fixação de um gabarito uniforme nestas áreas e a liberação de construções mais elevadas do que no restante do plano permitem ao visitante que percorre a cidade o reconhecimento desta área na paisagem como sendo o seu centro urbano.

O tombamento da escala gregária mantém o papel simbólico do centro urbano na paisagem, seja pela liberação da altura das construções, desde que esta não exceda 65 metros, seja pela recomendação do uso de painéis luminosos nas fachadas dos centros de diversão voltadas para a plataforma rodoviária de modo a evocar na paisagem central de Brasília a agitação urbana de Times Square em Nova York ou Picadilly Circus em Londres, conforme a proposta original do plano piloto. A plataforma rodoviária, projetada por

Lucio Costa, será preservada integralmente na sua arquitetura, em razão do seu simbolismo para a cidade como ponto de união dos dois eixos e pelo seu papel de verdadeiro *core* popular da cidade.

A Escala Bucólica trata do caráter de cidade-parque de Brasília que a diferencia das outras cidades brasileiras. A preservação da escala bucólica pode ser traduzida na preservação de duas relações entre o construído e as áreas livres. A primeira diz respeito ao caráter rarefeito da ocupação proposta pelo plano piloto – as superquadras com taxa de ocupação de 15% e os grandes gramados das áreas livres dos dois eixos, gravados como *non-aedificandi*. A segunda, provocada pela crescente destruição da vegetação original do cerrado, tem caráter mais simbólico. Era necessário garantir o contraste entre a vegetação retorcida do cerrado primitivo e as edificações e seus extensos e ordenados gramados. Esta era uma das marcas da odisséia civilizadora do projeto. De gramados e mármore das esplanadas, praças e superquadras passa-se diretamente ao retorcido da vegetação agreste do cerrado primitivo, num confronto que serve sempre de lembrança para os visitantes e moradores da vitória civilizadora do empreendimento da nova capital – Brasília como metáfora do Brasil e das Américas.

A Escala Residencial diz respeito as superquadras dispostas ao longo do eixo rodoviário-residencial. Grande elemento inovador de Brasília com relação às demais cidades brasileiras, as superquadras eram também o objeto de maior crítica e pressão de setores da sociedade, notadamente os empreendedores imobiliários, contra a baixa densidade e o gabarito reduzido e uniforme. Além disso, a ocupação das superquadras havia sido lenta e desigual, primeiro as da Asa Sul e depois, e muito mais lentamente, aquelas da Asa Norte. Hoje nem todas as superquadras do plano original se encontram ocupadas em sua totalidade, sendo que algumas ainda estão completamente vazias.

O modelo inicial de ocupação das primeiras superquadras da Asa Sul projetadas por Oscar Niemeyer – onze prédios em lâmina, numerados pelas letras do alfabeto, tendo os dois últimos dispostos lado a lado, as letras J e K numa curiosa homenagem ao presidente fundador da cidade Juscelino Kubitschek – tornou-se uma regra informal. Mesmo não sendo obrigatório, este modelo estará presente, com pequenas variações, em quase todas as superquadras até hoje construídas, o que levaria Lucio Costa a comentar que:

“Nas próprias quadras, respeitada a ATE (área total edificada), respeitado o gabarito (6 pavimentos) e o princípio de deixar o térreo vazado (pilotis), a disposição e conformação dos conjuntos de apartamentos e respectivas áreas de comércio pode ser a mais variada. Se repetem a mesma implantação é talvez por comodismo dos responsáveis e falta de inventiva, embora essa uniformidade sóbria e impessoal me agrade, mormente quando os blocos são maiores e com apoios mais afastados.”⁶

A ocupação das superquadras por prédios em lâmina já estava ilustrada nos esboços de Lucio Costa para o Plano Piloto, sendo este padrão de edifício uma solução recorrente da arquitetura residencial moderna brasileira dos anos 40 e 50, pelas vantagens que trazia para a ventilação das unidades residenciais. A repetição desta implantação apresenta resultados cada vez menos brilhantes nas quadras projetadas mais recentemente, principalmente naquelas que introduzem nos edifícios elementos como as varandas, de linguagem corrente na arquitetura residencial brasileira dos anos 70 e 80.

A escala residencial de Brasília estava baseada na idéia da unidade de vizinhança que seria formada pelo conjunto de quatro superquadras, tendo nas entrequadras, o comércio local, a escola fundamental, a igreja

de bairro, o clube e o cinema. Somente um conjunto de quatro superquadras da Asa Sul, 107/108 e 307/308, formaram uma unidade de vizinhança com a implantação de todos os equipamentos previstos. Foi também na asa sul que os comércios locais mantiveram a implantação prevista originalmente no plano piloto, isto é, ocupando uma área retangular de três metros e meio por dez metros com dois pavimentos e marquise sobre a calçada. As lojas deveriam voltar-se para as áreas verdes das quadras, sendo a rua usada como serviço, solução que também não vingou, passando a rua a ser o acesso principal.

Diante deste universo bastante heterogêneo, no tempo e na qualidade das construções e ainda incompleto na sua ocupação, o que se propõe à preservação da escala residencial?

A manutenção dos princípios de ocupação que distinguem as superquadras dos bairros tradicionais das cidades brasileiras. A legislação não preserva, portanto, as construções existentes e sim o respeito à área total edificada de quinze por cento no máximo com qualquer solução de implantação. As novas construções deverão ter obrigatoriamente seis pavimentos sobre pilotis livres de quaisquer obstáculos que não os seus acessos e portarias. Devem ser mantidos ou criados, conforme o caso, o acesso único de veículos e a faixa de vinte metros de arborização em toda a área externa de cada superquadra. O comércio local da Asa Sul deverá manter as características volumétricas e de implantação originais, já na Asa Norte, mais recente e onde boa parte ainda não está implantada, a disposição é livre. O uso nas entrequadras só poderá contemplar as atividades adequadas a configurar num grupo de quatro superquadras uma futura unidade de vizinhança: ensino, esporte, lazer, culturais e religiosas.

Um Centro Histórico do Século XX

Trinta anos separam a fundação de Brasília, do tombamento do seu conjunto urbanístico. O modelo de preservação proposto por Ítalo Campofiorito, primeiro através da legislação distrital e depois pelo tombamento federal, é absolutamente inovador no universo do patrimônio cultural. Ao deslocar o objeto da preservação das construções que constituem o centro histórico, para os critérios que informaram estas construções a assumirem a presente forma, ele reafirma a validade das idéias urbanísticas que conceberam a cidade. É importante destacar que o arquiteto integrou a equipe de Oscar Niemeyer na construção da cidade.

O caráter inovador do tombamento de Brasília tem trazido algumas perplexidades para os responsáveis pela sua gestão. Os técnicos acostumados a uma conservação invariante dos centros históricos têm dificuldade em aceitar superquadras que modifiquem o chamado “carimbo Lucio Costa”, isto é, os onze prédios em lâmina. De outro lado, a proposta da cidade-parque integradora de todos os Brasis defronta-se cotidianamente com um quadro urbano de violência crescente e a conseqüente pressão pelo fechamento dos pilotis das construções.

O tombamento do conjunto urbanístico de Brasília muda radicalmente a visão da preservação do patrimônio moderno brasileiro. Na igreja da Pampulha tombava-se uma obra atual para tentar escrever previamente a história da arquitetura do século XX, isto é, garantir para as gerações do futuro, o que nós no presente consideramos como o que de melhor produzimos – aquilo que mais cedo ou mais tarde seria reconhecido como obra de arte. Em Brasília mais do que garantir para o futuro as arquiteturas ou a paisagem urbana do movimento moderno no século XX procura-se garantir a perenidade dos princípios urbanísticos deste

movimento em uma paisagem passível de permanente mutação. No centro histórico do tombamento de Brasília o presente nunca se tornará passado.

A preservação do plano e não do que havia sido realizado até aquele momento reafirma a dissociação modernista entre arquitetura e o urbanismo e propõe um inovador centro histórico que não é feito pelo conjunto de arquiteturas que o compõe. Um centro histórico não-histórico, onde a possibilidade de permanente modificação da sua paisagem arquitetônica produziria uma atemporalidade espacial que tornaria irreconhecível a cidade modernista.

Por outro lado ponderará o pragmático, que afinal de contas uma coisa implica na outra e ninguém vai derrubar um conjunto de prédios de seis pavimentos para construir outro conjunto de prédios com os mesmos pavimentos e a mesma área de construção. Preservar o plano significará garantir que a cidade seja completada com os mesmos critérios que organizaram a sua implantação, isto é, terminar a cidade proposta pela utopia modernista brasileira. É pena que a exceção dada aos palácios do Eixo Monumental não tenha sido estendida a algumas superquadras da Asa Sul, exemplares da qualidade da arquitetura brasileira daquele momento e da utopia que ela representava. Mas como o que caracteriza uma utopia é mesmo a sua atemporalidade, então certo estava o legislador ao preservar a memória de uma idéia, enquanto a história transforma a cidade.⁷

Notas

¹ Diretoria do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, DPHAN, de 1946 a 1970, atualmente é o Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, IPHAN.

² Parecer de tombamento da Igreja de São Francisco de Assis da Pampulha (PESSOA, 1999, p. 67).

³ Trecho do parecer do arquiteto Paulo Thedim Barreto constante do processo de tombamento 594-T-59, Catetinho. Arquivo Noronha Santos, IPHAN, Rio de Janeiro, Brasil.

⁴ A igreja da Pampulha, o MEC e a Estação de Hidros haviam sido inscritos no livro do tomo das Belas Artes.

⁵ Memória Descritiva do Plano Piloto (COSTA, 1995, p. 283).

⁶ Processo de Tombamento n. 1305-T-90, Conjunto Urbanístico de Brasília, Arquivo Noronha Santos, IPHAN, Rio de Janeiro.

⁷ ..."desejo que nossa recente legislação possa manter em Brasília a memória de uma idéia, enquanto a História realimenta a realidade." (CAMPOFIORITO, 1990, p. 176)

Referências Bibliográficas

CAMPOFIORITO, Ítalo. Brasília Revisitada. Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, Rio de Janeiro, n. especial, p. 171-176, 1990.

COSTA, Lucio. Registro de uma vivência, São Paulo, Empresa das Artes, 1995.

PESSÔA, José. Lucio Costa: documentos de trabalho Rio de Janeiro, IPHAN, 1999.

XAVIER, Alberto. Lucio Costa: sobre arquitetura, Porto Alegre, CEUA, 1962.